



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO

Natália Borges Martins

Direito humano à alimentação da população em situação de rua: construção,
validação e aplicação de um questionário de acesso à alimentação

PPGNut

Programa de Pós-Graduação
em Ciências da Nutrição

UFCSPA

Porto Alegre

2022

NATÁLIA BORGES MARTINS

Direito humano à alimentação da população em situação de rua: construção, validação e aplicação de um questionário de acesso à alimentação

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação Ciências da Nutrição da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Daniele Botelho Vinholes

PORTO ALEGRE

Novembro/2022

Catálogo na Publicação

Borges Martins, Natália

Direito humano à alimentação da população em situação de rua: construção, validação e aplicação de um questionário de acesso à alimentação / Natália Borges Martins. -- 2022.

64 p. : 30 cm.

Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição, 2022.

Orientador(a): Daniele Botelho Vinholes .

1. alimentação. 2. população em situação de rua. 3. segurança alimentar e nutricional. 4. direitos sociais.
I. Título.

Direito humano à alimentação da população em situação de rua: construção, validação e aplicação de um questionário de acesso à alimentação

Dissertação de Mestrado

Porto Alegre, _____ de _____ de 2022.

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a dissertação intitulada **Direito humano à alimentação adequada da população em situação de rua:** construção, validação e aplicação de um questionário de acesso à alimentação, elaborada por Natália Borges Martins, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Comissão Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Simone Morelo Dalbosco

Prof^o. Dr^o. Anderson da Silva Garcez

Prof^a. Dr^a. Tatiana Reidel – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Banca Externa

AGRADECIMENTOS

A minha família que me apoia e constantemente é minha rede de apoio com muito amor e carinho. Sempre levando sorrisos e risadas ao meu dia a dia, são a base do meu crescimento pessoal e verdadeiros impulsionadores para eu buscar meus sonhos. São eles: meu pai, seu João Batista; minha mãe, Dona Rosa Olinda; minha irmã, Milene; meu irmão Filipe; meu sobrinho, João Filipe – o zuzu; minha cunhada, Maria Alice; meu noivo, Renan; meu cunhado, Vinícius; meu sogro, Seu Hildebrando; e minha sogra, Dona Josiane.

À minha orientadora, professora Daniele, que a cada orientação transmitia leveza em suas palavras, atitude esta que possibilitou o processo do mestrado ser um local mais tranquilo e acolhedor.

A minha parceira de coleta de dados, Gabrieli, por dividir comigo a pesquisa de campo.

Aos Centros Pops e à FASC que me acolheram no ambiente de trabalho para que a pesquisa se tornasse real.

Ao PPG ciências da Nutrição da UFCSPA que me acolheu como aluna e pesquisadora.

A Deus minha eterna gratidão, pois fez todos acima existirem na minha vida.

RESUMO

Estima-se que o número de pessoas em situação de rua (PSR) no país ultrapassa 220 mil pessoas. Esta população se caracteriza por ser um grupo heterogêneo que habita ruas e logradouros e muitas vezes têm seus vínculos familiares rompidos, além de vivenciar, muitas vezes, a extrema pobreza. Dentro deste contexto de desigualdade social e vulnerabilidade, as pessoas em situação de rua têm seus direitos violados, como direitos constitucionais à alimentação, saúde e moradia. A insegurança alimentar está presente nos domicílios de 125 milhões de pessoas, segundo último inquérito da Rede de Soberania e Segurança Alimentar em 2021. Apesar da população em situação de rua não estar dentro da amostra deste inquérito, a fome pode estar presente em sua rotina. Além disso, vivenciar a situação de rua é estar em constante violência física e psicológica, além de condições inadequadas de saúde. A literatura não apresenta instrumentos que avaliem o acesso à alimentação deste grupo social e não há dados que verifiquem como é este acesso na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. Assim, esta dissertação teve como objetivo construir e validar um instrumento de acesso à alimentação da população em situação de rua. Após esta etapa, foi realizada a aplicação deste instrumento em usuários do Centros de Referência Especializados (Centros Pop's) para pessoas em situação de rua. A validação do questionário se deu em duas etapas, totalizando trinta questões e o questionário foi construído através da análise de documentos que versam sobre alimentação, nutrição, segurança alimentar e população em situação de rua. Na primeira rodada, participaram vinte e três especialistas, já na segunda, dezoito realizaram a validação. O processo de validação com o método Delphi permitiu que o resultado final do instrumento representasse questões mais condizentes com a realidade da população em situação de rua. A aplicação do questionário validado foi realizada em dois Centros Pop's de Porto Alegre, com indicação da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). Ao aplicar o questionário, foram totalizados 65 participantes, que aceitaram participar da pesquisa após o aceite no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os resultados foram analisados através da análise descritiva através de frequências absolutas e relativas (N e %), média e desvio padrão. Segundos os resultados, as principais formas de acesso à alimentação foram aquelas obtidas por meio de instituições públicas e projetos sociais. Também se identificou que o consumo de arroz e feijão era realizado por todos os participantes. Importante destacar que o público desta pesquisa é composto por pessoas que tem acesso aos serviços e, por isso, o acesso à alimentação de pessoas em situação de rua que não têm acesso aos serviços pode ser diferente dos resultados encontrados nesta pesquisa. Compreender o acesso à alimentação pode contribuir com políticas

públicas já existentes, bem como visibilizar este grupo social para o meio acadêmico afim de pensar novas pesquisas e projetos. Ademais, a sociedade civil deve ter sua participação e controle social ativos na sua relação com o Estado, o qual deve garantir o direito à alimentação bem como os demais direitos sociais a todos.

Palavras - chave: Alimentação. População em situação de rua. Estudo de Validação. Técnica Delfos.

ABSTRACT

It is estimated that the number of homeless people (PSR) in the country exceeds 220 thousand people. This population is characterized by being a heterogeneous group that inhabits streets and public places and often have their family ties broken, in addition to often experiencing extreme poverty. Within this context of social inequality and vulnerability, homeless people have their rights violated, such as constitutional rights to food, health and housing. Food insecurity is present in the homes of 125 million people, according to the latest survey by the Sovereignty and Food Security Network in 2021. Although the homeless population is not within the sample of this survey, hunger can be present in their routine. In addition, living on the streets means being in constant physical and psychological violence, in addition to inadequate health conditions. The literature does not present instruments that evaluate the access to food of this social group and there is no data that verify how this access is in the city of Porto Alegre, capital of the State of Rio Grande do Sul. Thus, this dissertation aimed to build and validate an instrument for access to food for the homeless population. After this step, this instrument was applied to users of Specialized Reference Centers (Pop's Centers) for homeless people. The validation of the questionnaire took place in two stages, totaling thirty questions and the questionnaire was constructed through the analysis of documents that deal with food, nutrition, food security and the homeless population. In the first round, twenty-three specialists participated, in the second, eighteen carried out the validation. The validation process with the Delphi method allowed the final result of the instrument to represent questions that are more consistent with the reality of the homeless population. The application of the validated questionnaire was carried out in two Pop's Centers in Porto Alegre, with indication of the Social Assistance and Citizenship Foundation (FASC). When applying the questionnaire, there were a total of 65 participants, who agreed to participate in the research after accepting the Free and Informed Consent Form. The results were analyzed through descriptive analysis through absolute and relative frequencies (N and %), mean and standard deviation. According to the results, the main forms of access to food were those obtained through public institutions and social projects. It was also identified that the consumption of rice and beans was carried out by all participants. It is important to highlight that the target audience for this research is made up of people who have access to services and, therefore, access to food for homeless people who do not have access to services may be different from the results found in this research. Understanding access to food can contribute to existing public policies, as well as make this social group visible to the academic environment in order to think about new research and

projects. Furthermore, civil society must have active participation and social control in its relationship with the State, which must guarantee the right to food as well as other social rights to all.

Keywords: Food. Homeless Persons. Validation Study. Delphi Technique.

LISTA DE ABREVIATURAS

PSR – População em situação de rua

HIV - Human Immunodeficiency Virus

AIDS - Síndrome da imunodeficiência adquirida

FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania

CREAS - Centros de Referências Especializados de Assistência Social (CREAS)

CENTRO POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

PNAN – Política Nacional de Alimentação e Nutrição

COVID 19 - Coronavirus disease 2019

ONG - Organização Não-Governamental

IVC – Índice de validade de conteúdo

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ONU – Organização das Nações Unidas

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

UFCSPA - Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
3 JUSTIFICATIVA	24
4 OBEJTIVOS	25
4.1 OBJETIVO GERAL	25
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	25
5 LISTA DE REFERÊNCIAS	26
6 ARTIGO 1.....	29
7 ARTIGO 2.....	42
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
9 METODOLOGIA AMPLIADA.....	57
APÊNDICE A. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – PROFISSIONAIS DA SAÚDE.....	60
APÊNDICE B. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) - PARTICIPANTES EM SITUAÇÃO DE RUA	62
APÊNDICE C. QUESTIONÁRIO DE ACESSO À ALIMENTAÇÃO PELA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	64

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o produto do Mestrado em Ciências da Nutrição (UFCSPA). A alimentação é um direito humano inerente ao nascer. Nessa perspectiva, todos, sem distinção, devem ter acesso à alimentação segura e adequada e o Estado deve fornecer as condições dignas para este acesso. No entanto, sabe-se que a insegurança alimentar está presente no lar de diversas famílias. Apesar desta realidade, existe parte da população que não tem acesso à alimentação adequada e nem mesmo à moradia: pessoas em situação de rua. Como o próprio conceito expressa, a ausência de moradia é uma situação, à qual leve o indivíduo a buscar outras formas de permanecer em residência, como albergues, abrigos e em casos mais graves, espaços públicos como ruas e avenidas. Compreender como é o acesso à alimentação de pessoas nesta situação foi o impulsionador das pesquisas realizadas neste trabalho. Para isto foi construído um questionário de aferição de acesso à alimentação de pessoas em situação de rua que, após sua validação, foi aplicado no público-alvo desta pesquisa, em Centros POP do município de Porto Alegre.

Realizar a pesquisa à campo foi um momento de sensibilidade e aprendizado quanto a diversas realidades presente no país, representadas por uma parcela de pessoas que vivenciam a insegurança e violações de direitos. Pensando em uma lógica de apresentação, o artigo um deste trabalho traz o processo de validação e o produto do questionário. Já o artigo dois elucida os resultados da pesquisa realizada com pessoas em situação de rua através da aplicação do questionário validado. O título do primeiro artigo é “Construção e validação de conteúdo de um questionário sobre acesso à alimentação para população em situação de rua” e do artigo 2 é “O acesso à alimentação de pessoas em situação de rua de uma capital brasileiro”, representado um percurso coerente com a construção do trabalho desenvolvido.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este referencial teórico é dividido em três seções. Na primeira parte, aborda-se a história e perfil da população em situação de rua no Brasil. Ademais, também traz elementos sobre a situação deste grupo social durante a pandemia de Covid 19 no país. A segunda parte versa sobre a saúde da população em situação de rua que vive em constante insegurança nas ruas. E por último, há colocações referentes ao direito humano à alimentação adequada e acesso do alimento por este grupo. Importante destacar que este trabalho aborda o contexto brasileiro da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

2.1 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (PSR) NO BRASIL

2.1.1 História da população em situação de rua

Historicamente, o movimento dos indivíduos em situação de rua começou quando o capitalismo tomou o lugar do feudalismo com a Revolução Industrial, no século XVIII. Com isso, os camponeses passavam a vender sua força de trabalho para a indústria e perdiam suas propriedades. Nem todos conseguiam se adaptar a essas mudanças cruéis e logo eram rejeitados pela produção capitalista e, como resultado, passavam a sobreviver na rua (SILVA, 2009). Conforme Silva (2009), os fatores acima relacionados foram primordiais para o surgimento desse grupo também no Brasil.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, essa população é definida como:

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar. (BRASIL, 2009, p. 35).

Nesse contexto, apesar de heterogênea, a população em situação de rua converge na vivência da vulnerabilidade e violência nas ruas. O relatório do Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis (CEDDH MG), de 2014, revelou as violações sofridas pela PSR no Brasil. Dentre as violações registradas na Polícia Civil e/ou Ministério Público estão a violência física, institucional, negligência e violência psicológica. (CNDDH, 2014). Essas violações são fruto do processo de

desumanização que esta população se encontra. É importante destacar que a violência sofrida por mulheres em situação de rua, proporcionalmente, é maior que em homens na mesma situação (CNDDH, 2014). Além disso, Nonato aponta que a PSR é vista como poluição urbana dentro das cidades, o que causa um incômodo às instituições e à sociedade. Dentro deste contexto, conceitua-se “*Aporofobia*” como aversão a pessoa pobre e, com isso, cria-se meios de segregação de classes mais baixas na sociedade (DEUS, 2021). Trazendo para a realidade de quem habita as ruas, podem-se destacar pedras pontiagudas que são colocadas em calçadas e separações de alças em bancos de praças para evitar que este grupo possa dormir em ambientes públicos. A reflexão que se elucida é a de que, muitas vezes, quem deveria proteger essa população está afastando-a de uma condição de vida digna.

Para compreender melhor a evolução das políticas públicas destinadas a este público, é necessário analisar os contextos históricos relacionados. Na década de 1980, o Brasil passou por uma redemocratização, estabelecendo uma Constituição Federal para garantir os direitos sociais à população. Em 2008, foi publicada a Política de Inclusão social da população em situação de rua, fruto do trabalho do grupo interministerial do Governo Federal da época. Esta política teve como objetivo orientar a construção e execução de políticas públicas voltadas a este segmento da sociedade, além de que sua instituição possibilitou avanços nas ações intersetoriais de reintegração da PSR e ampliou o acesso aos direitos sociais (BRASIL, 2008). Além disso, em 2009 foi publicada a Política Nacional da População em Situação de Rua (Decreto nº 7053/2009) que trouxe como princípios o respeito à dignidade da pessoa humana, direito à convivência familiar e comunitária, valorização e respeito à vida e à cidadania, atendimento humanizado e universalizado e respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência (BRASIL, 2009).

Apesar desse avanço na luta pelos direitos e políticas, há ainda muito a se evoluir para que haja alcance a toda a população em situação de rua que, por sua heterogeneidade, vivem diferentes realidades e especificidades. Percebe-se que o número de pessoas em situação de rua está aumentando no país, principalmente pela crise econômica atual. Apesar de não haver dados atualizados, este aumento é visivelmente identificado nas cidades, além de relatados por projetos sociais que atendem esta população (GAMEIRO, 2021). Dessa forma, é necessário intensificar programas e políticas de erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais para que a situação de rua seja transitória e/ou a menos não aconteça (BRASIL, 1988).

Um dos fatores dificultadores do acesso aos direitos humanos é o preconceito e a exclusão social atreladas a esta população. Uma pesquisa realizada junto ao Consultório de Rua observou que há preconceitos vividos pela PSR, sendo que os mais expressivos estão relacionados como a forma de sustento (catação, prostituição), doença (Tuberculose, HIV, psíquica), uso de crack e imagem de si. Nesse sentido, é necessário criar diálogos para contribuir com as políticas públicas e desfazer os estigmas sobre PSR que impactam ainda mais no cotidiano dessa população em vulnerabilidade social (BRITO; SILVA, 2022).

2.1.2 Perfil da população em situação de rua no Brasil e em Porto Alegre

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2020, lançou a Nota Técnica nº 73 com dados sobre a estimativa da população em situação de rua no Brasil, considerando o período de setembro de 2012 a março de 2020. No Brasil, não há contagem oficial do número de pessoas em situação de rua, invisibilizando ainda mais este grupo no âmbito das políticas públicas. Apesar disso, percebe-se um aumento do registro da PSR no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) nos últimos anos. Sendo assim, esta última estimativa totaliza 221.869 mil pessoas em situação de rua no país, sendo a região Sudeste a com maior concentração (56,2%), seguida da região Nordeste (17,2%) e Sul (15,1%). Com a crise econômica agravada pela pandemia, é necessário realizar nova estimativa para compreender o impacto nesta população.

Em 2008, realizou-se o 1º censo da população em situação de rua em 71 cidades brasileiras, totalizando 31.922 pessoas nesta situação. Quanto às características sociodemográficas deste grupo neste Censo, identificou-se que 82% são homens e 39,1% pardos. Em relação à formação escolar, 63,5% não concluiu o ensino fundamental, 17,1% não sabem ler e escrever e 3,8% informaram estar realizando algum curso profissionalizante ou de ensino formal. Referente aos motivos que levaram este público a estar em situação de rua, destacam-se: problemas de alcoolismo ou drogas, desemprego e briga familiar. É importante destacar que a população é composta, em sua maioria, por trabalhadores, sendo que 70,9% atuam em alguma atividade remunerada. As principais atividades desempenhadas são “catadores” de materiais recicláveis, flanelinha, construção civil, limpeza e carregador. Esses dados se opõem ao pré-conceito criado pela sociedade, o qual determina que este público não trabalha (BRASIL, 2009).

Ainda neste Censo, há questões importantes a serem destacadas. Dos entrevistados, a maioria consegue fazer ao menos uma refeição diária, entretanto, 19% não conseguem se

alimentar todos os dias. No que tange à higiene, a PSR utiliza albergues, abrigos, banheiros públicos, casa de parentes ou amigos, estabelecimentos comerciais para tomar banho e realizar suas necessidades. Com as questões de alimentação e higiene limitados, o adoecimento entre os entrevistados é presente: aproximadamente 30% afirmam ter algum problema de saúde, como hipertensão, diabetes, HIV/AIDS ou problema psiquiátrico. Outra situação preocupante é a falta da posse de documentação: 24,8% não possuem qualquer documento, o que dificulta a obtenção de trabalho e até mesmo acesso aos serviços e programas governamentais. Além disso, 88,5% afirmam não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais. Além de todas essas dificuldades no acesso a direitos básicos, como alimentação e higiene, a população em situação de rua ainda vivencia a discriminação. Segundo o Censo, mais da metade dos participantes já foram impedidos de entrar em estabelecimentos públicos ou privados. (BRASIL, 2009)

Em nível municipal, o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) lançou o Mapeamento da população em situação de rua na região metropolitana de Porto Alegre dentro do escopo do projeto “Economia Solidária e População em Situação de Rua: estratégias de valorização do saber-fazer a partir da inclusão socioeconômica e da autonomia da População em Situação de Rua na Região Metropolitana de Porto Alegre”. Dentro desse mapeamento, foram realizadas 611 entrevistas em Porto Alegre e região metropolitana, sendo 441 apenas na capital gaúcha. Com esses dados, pôde-se analisar o perfil geral dessa população, cuja idade ficou entre 30 e 44 anos, gênero prioritariamente masculino (83,8%), e etnia predominante branca (45,7%), seguido por negra (26,7%) e parda (25,2%). Em relação aos arranjos familiares, mais de 72% não tinham companheira/o, e mais de 38% não tinham filhos. Quanto à escolaridade, a maioria tem o ensino fundamental incompleto (55,2%), mais de 15% o ensino médio completo, e 1,6% com ensino superior completo (CAMP, 2017).

Além disso, é importante destacar que, ainda nesse mapeamento, mais de 80% da população entrevistada não possui acesso a ferramentas de comunicação, como telefone ou e-mail, e, dentre as principais ocupações/atividades dessa população, estava a construção civil (14,7%), limpeza e serviços gerais (8,7%), vendedor ambulante (7,9%), catador (7,4%), serviços de alimentação (5,9%), dentre outras profissões, e 34,5% não possuía nenhuma ocupação. Com isso, tornam-se perceptíveis as diferentes profissões ocupadas pelas pessoas em situação de rua que contribuem para a sua renda pessoal, sendo que 30% dos entrevistados recebiam até meio salário-mínimo, e 19% de meio até um salário-mínimo. No entanto, mais de 32% não possuía nenhuma renda. Outro dado muito relevante da pesquisa é o fato de 85,6% dos entrevistados não receberem nenhum benefício (CAMP, 2017). Segundo os últimos dados

fornecidos pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), em 2021, há 3.850 pessoas em situação de rua na capital gaúcha, representando um aumento de 43% comparado a 2020 (FASC, 2021).

2.1.3 População em situação de rua e Covid-19

No início de 2020, a Covid-19 chegou ao Brasil, reestruturando sua condição sanitária e econômica. Dentre as recomendações da Organização Mundial da Saúde para prevenção do Coronavírus estavam: lavagem das mãos, evitar contato próximo com pessoas doentes, distanciamento social e utilização de álcool em gel e máscara (OMS, 2020). Percebe-se que essas recomendações são propícias a quem reside em domicílios, não contemplando a população em situação de rua que não tem acesso à água e à moradia fixa.

Sendo assim, dentro de um cenário sanitário inseguro, a desigualdade social foi intensificada, tornando a PSR ainda mais exposta à vulnerabilidade. Nesse contexto, o Ministério da Economia, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, fez uma nota técnica com levantamento de medidas municipais destinadas a esta população para o período de pandemia (BRASIL, 2022). Dentre as principais ações emergenciais realizadas estavam a instalação de novas unidades de abrigo, ampliação dos horários de restaurantes populares e sua descentralização, aumento da concessão de auxílio moradia, orientações sobre cuidado, higienização, entrega de kits de higiene, instalação de equipamentos de limpeza, triagem médica em abrigos e vacinação contra gripe específica para esta população.

Em nível municipal, o Plano de Contingência do COVID -19 de Porto Alegre para a população em geral, há como adição de serviço de saúde a “entrega do Centro de Acolhimento e Isolamento Social (Cais), para abrigar de população em situação de rua e a pessoas com COVID-19 sem condições adequadas de distanciamento social”. No entanto, no Plano de Contingência Nacional e Estadual do Rio Grande do Sul, não há ações específicas para população em situação de rua. É importante destacar que no Plano Emergencial de Proteção Social não incluía a população em situação de rua dentre os grupos em situação de vulnerabilidade (PORTO ALEGRE, 2020) Alguns trabalhos propuseram sugestões práticas para atuação no atendimento à população em situação de rua frente à pandemia no Brasil. Dentre as ações e estratégias estão: estratégias de prevenção como distribuição de produtos de higiene e máscaras; estratégias de intervenção, como encaminhar a PSR com suspeição de COVID-19 para unidades de saúde; estratégias de conscientização sobre a doença; estratégias

de infraestrutura, como instalação de pias e recursos para aluguel e estratégias para os trabalhadores para orientar como realizar o contato direto com a PSR (HONORATO; OLIVEIRA, 2020). Essas ações propostas devem ser ajustadas conforme a realidade de cada município, porém, em Porto Alegre, não foram divulgadas as ações realizadas para este público.

Não se tem dados atualizados sobre o número de pessoas em situação de rua pós-pandemia, todavia, uma pesquisa realizada pela prefeitura do Rio de Janeiro revelou que há novos integrantes neste grupo social, consequência da falta de emprego e moradia, resultado da crise econômica do Covid-19 (FIOCRUZ, 2021).

2.1.4 Serviços de atenção à pessoa em situação de rua em Porto Alegre - FASC

A FASC (Fundação de Assistência Social e Cidadania) é o órgão da Prefeitura Municipal de Porto Alegre responsável pela Política de Assistência Social, a qual tem como objetivo, ofertar serviços, programas e benefícios que promovam a inclusão de cidadãos, famílias e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social. A Política Nacional de Assistência Social define a assistência como direito à proteção social e objetiva a consolidação dos direitos sociais a todos que dela necessitam. (FASC, 2022). Nesse sentido, a FASC apresenta duas frentes de trabalho: proteção social especializada e proteção social básica. As ações de média complexidade, dentro da proteção social especializada e proteção social básica, envolvem acompanhamento socioassistencial às famílias e indivíduos que se encontram em situação de violação de direitos por ocorrência de: violência física e/ou psicológica, negligência, maus tratos, abandono, violência sexual, abuso e/ou exploração sexual, situação de rua e mendicância, vivência de trabalho infantil, entre outras violações. Os atendimentos dessa população acontecem nos nove Centros de Referências Especializados de Assistência Social (CREAS) - que são serviços regionalizados por território e localizados em pontos estratégicos da capital.

Para a PSR, destacam-se os seguintes serviços de atenção socioassistencial:

I. Abordagem Social: vinculado ao CREAS, esse serviço tem o objetivo de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, as situações de rua de crianças, adolescentes, indivíduos adultos e famílias. Com isso, há a finalidade de estabelecer vínculos entre a pessoa em situação de rua e a equipe de abordagem. É necessária a presença de educadores e técnicos social para criação de rede

acolhedora. Além disso, trabalha com a possibilidade de retomada de vínculo familiar, com a comunidade e a produção de autonomia.

II. **Centro Pop - Centro de Referência Especializado para População em Situação:** este serviço promove atendimento social com equipe multidisciplinar para adultos, idosos e famílias em situação de rua, de forma individualizada e coletiva. O atendimento é realizado durante o período diurno, propondo aos usuários alternativas de enfrentamento à situação de rua e encaminhamentos junto a rede de serviços. Atualmente, Porto Alegre possui 3 Centros POP.

III. **Albergues:** estes espaços oferecem atendimento de pernoite, com dormitórios, cuidados de higiene e alimentação. Ademais, também trabalham com encaminhamentos à rede.

IV. **Abrigos:** os abrigos são destinados a pessoas em situação de rua que necessitam de proteção integral. Diferentemente dos albergues, estes espaços têm atendimento 24 horas e oferecem alimentação, repouso, higiene e vestuário.

Estes serviços, derivados do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), contribuem não só para o assistencialismo, mas também para a inserção social, proteção e construção de autonomia, ações fundamentais para a emancipação da população em situação de rua.

2.2 A CONDIÇÃO DE SAÚDE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O acesso à saúde da população em situação de rua é limitado uma vez que esse grupo se encontra em situação de vulnerabilidade social e econômica. A pessoa em situação de rua sofre diariamente diversos obstáculos no acesso à saúde: protocolos que dependem da necessidade de acompanhamento de algum familiar ou conhecido (o que é dificultado pelo rompimento de vínculos familiares que muitas vezes acometem esta população), o não cadastramento no sistema de saúde, e despreparo de profissionais para atender essa população (MIRANDA, 2014). Uma pesquisa mostrou, também, que os indivíduos em situação de rua não participam de ações de prevenção de saúde. A autora concluiu que mesmo com avanços na promoção de saúde pela Política Nacional da População em situação de Rua, ainda há falta de atendimento e conseqüentemente violação deste direito social (FUMIAN, 2013).

O conceito de saúde pode variar ao longo do tempo conforme a sociedade modifica. Nesse sentido, atualmente a saúde está cada vez mais conectada à equidade e justiça social. Nesse contexto, a população de rua vivencia o risco à saúde e à segurança diariamente

(SANCHES; CICONELLI, 2011). Em 2011, foi realizado o primeiro cadastro das pessoas em situação de rua de Porto Alegre/RS, totalizando 1.347 pessoas. Este registro, realizado pela Prefeitura Municipal juntamente com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), possibilitou maior mobilização quanto à garantia dos direitos da PSR. No entanto, há ainda um desencontro entre Governo e População em situação de rua na relação da ação da política, o que impacta na garantia dos direitos, inclusive o de acesso à saúde (SCHUCH *et al.*, 2015).

É relevante compreender que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) executa diversos serviços voltados para o atendimento da PSR desde 1994, inclusive encaminhamentos articulados com a rede em relação à saúde. Também, segundo o retrato censitário da população adulta em situação de rua de Porto Alegre, os principais problemas de saúde encontrados na população foram questões relacionadas à dependência química/álcool, problemas de saúde bucal, dores no corpo e problemas de saúde mental (SCHUCH *et al.*, 2012). O uso de álcool e outras drogas, geralmente, pode estar relacionado à consequência e causa de estar nas ruas, além da exposição à violência (BRITO; SILVA, 2022). Essas informações revelam o sofrimento que este grupo social vivencia na vulnerabilidade de estar nas ruas. Por isso, é fundamental o estudo da saúde desta população com objetivo de contribuir e fortalecer políticas que atuam neste segmento.

Segundo Schervinsk *et al.* (2017), um dos principais motivos de acesso aos serviços de saúde pela população em situação de rua é a questão relacionada com drogas e/ou alcoolismo. Em Minas Gerais, o estudo de Valle e Farah (2020) também revelou que os motivos para acessar ao serviço de saúde eram consequências de vivenciar a situação de rua, além da potencialização de doenças pré-existentes, como a tuberculose. Além dessas dificuldades, há outras relacionadas com o preconceito, discriminação, violência física e sexual, trabalho informal precário, além das doenças crônicas já existentes e o medo de “passar mal” e não ser atendido (VALLE; FARAH; JUNIOR, 2020). É importante destacar que todas essas dificuldades potencializam problemas de saúde mental, os quais não são tratados de forma adequada nos serviços de saúde respectivos por falta de capacitação e estratégias para lidar com esta população. (BORYSOW; FURTADO, 2013). Isso corrobora o não acesso à saúde em condições humanas.

Um dos principais equipamentos de saúde da população em situação de rua são os consultórios de rua, instituídos pela Política Nacional de Atenção Básica, que visam o atendimento integral deste grupo social. A lógica dos consultórios de rua, como equipe da Atenção Básica, é atuar na ampliação do acesso aos serviços de saúde sendo itinerante e

prestando atendimento em diálogo com esta população que tem seus vínculos familiares fragilizados. Ademais, o cuidado em saúde da PSR inclui profissionais também da saúde bucal, pensando a integralidade do cuidado (PNAB, 2020).

Em 2012, foi publicado o Manual sobre o cuidado à saúde junto da PSR de rua pelo Ministério da Saúde. Este Manual revelou que as principais queixas de saúde são dores nos pés, justamente por esta população passar horas do dia se locomovendo a pé pela cidade. Além das dores nos pés, podem se destacar a tuberculose, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez de alto risco, doenças crônicas como hipertensão e diabetes, questões de saúde bucal e situações de uso de álcool e outras drogas. Nesse sentido, além do tratamento destas principais queixas, a equipe que atende esse grupo deve perpetuar a não discriminação e preconceito, que é uma das principais barreiras de acesso à saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

2.3 O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO DE QUEM VIVENCIA A RUA

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU), decretou no artigo 25º:

Art 25. “todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle”.

Nesse sentido, todos os países-membros, seus respectivos órgãos e sociedade, devem trabalhar na garantia destes direitos. No Brasil, a emenda nº 64 de 2010 inseriu na Constituição Federal de 1988 a alimentação como um direito social, impondo esta pauta na agenda política das ações governamentais. Além disso, torna-se obrigação do Estado garantir a alimentação e segurança alimentar à população brasileira.

Ainda que haja esta obrigação, os dados atuais da insegurança alimentar e da fome são alarmantes. Conforme o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (2022) existem 125,2 milhões de pessoas com algum grau de insegurança alimentar no país. Antes de definir os graus de insegurança alimentar, é necessário compreender o conceito de segurança alimentar conforme a Lei Orgânica de Segurança Alimentar (LOSAN) de 2006:

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas

alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Nesse sentido, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, instrumento utilizado neste inquérito, estratifica a insegurança alimentar em três níveis: insegurança alimentar leve (quando há receio de passar fome em um futuro próximo), insegurança alimentar moderada (quando há restrição na quantidade de comida para a família) e insegurança alimentar grave (nos casos de falta de alimento na mesa), sendo esta última a fome. Ademais, mais de 33 milhões de pessoas estão passando fome no Brasil, resultado dos desmontes de políticas públicas de alimentação e nutrição nos últimos anos, como a extinção do Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição. Em nível estadual, o Rio Grande do Sul apresenta 47,6% da população com algum grau de insegurança alimentar, sendo 14,1% em situação de fome (REDE PENSSAN, 2022).

Apesar destes dados alarmantes, é importante destacar que esta pesquisa foi realizada em pessoas residentes em domicílio, não abrangendo a população em situação de rua, população indígena e quilombola, os quais também vivenciam a insegurança alimentar. Por não haver moradia fixa, pessoas em situação de rua precisam ir ao encontro do alimento. Uma pesquisa realizada com 10 instituições, identificou quatro formas de acesso à alimentação pela população em situação de rua: ações particulares, ações individuais, ações do Estado e ações de projetos sociais. O acesso por meio das ações individuais é a aquisição de alimentos pela renda própria da pessoa em situação de rua, tanto pelo trabalho ou benefício governamental como o auxílio Brasil. A ação de particulares é uma forma frequente de acesso uma vez que há doação de restaurantes comerciais, por exemplo. Já o acesso através de ações do Estado são os programas e políticas sociais, como restaurantes populares e oferta de refeições em outros espaços (Abrigos, Albergues e Centros POP's). Por último, há as ações realizadas por projetos sociais (ONGS), que cresceu durante o período de pandemia. Dentro desse contexto, um estudo revelou que a redução da atuação do Estado em causas sociais induziu o crescimento dessas organizações sociais (FERREIRA, 2005). Como consequência da falta de atenção do Governo perante assuntos de interesse social, as ONGs e demais atividades fizeram-se necessárias para auxiliar no acesso a direitos, como a alimentação da PSR e o reconhecimento desse grupo.

Em 2020, foi publicada a Lei nº 14.016 que dispõe sobre o desperdício de alimentos e doação de excedentes para o consumo humano. Em um primeiro momento, a ideia da legislação é interessante, no entanto, não há como garantir que o alimento doado esteja em condições próprias para o consumo, podendo colocar a saúde do consumidor em risco, principalmente a

população de rua que vive em situação de vulnerabilidade. Por parte da obrigação do Estado, uma política social que auxilia no acesso à alimentação são os restaurantes populares. Estes restaurantes têm como objetivo “[...] promover o acesso da população urbana à alimentação adequada, a preços acessíveis, com prioridade aos segmentos mais vulneráveis, além de amenizar a insegurança alimentar” (PADRÃO; AGUIAR, 2018). Apesar de o Programa de Restaurante Popular ter efetividade e melhorar a questão do acesso à alimentação por populações mais vulneráveis, verifica-se que o governo não tem recursos suficientes para manter o serviço funcionando de forma adequada (PADRÃO; AGUIAR, 2018).

Além dos restaurantes populares, que são uma iniciativa do governo, há inúmeras ações voluntárias, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e projetos sociais que corroboram a promoção do bem-estar a diversas populações, dentre elas, a de rua. O Conselho Nacional do Ministério Público, inclusive, sugere aos membros dos Ministérios Públicos da União e dos estados – no âmbito do monitoramento e acompanhamento dos serviços oferecidos à população de rua – realizar o mapeamento e a estruturação da rede de proteção à pessoa em situação de rua do município, a qual pode ser composta, inclusive, por movimentos sociais e ONGs, o que revela um incentivo governamental para que haja esses trabalhos sociais (CNMP, 2015).

Segundo a definição do Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014), a alimentação é a ingestão de nutrientes a qual leva em conta o preparo do alimento, as características do modo de comer e as dimensões culturais e sociais das práticas alimentares da população. Além disso, o Guia também explica que a alimentação adequada e saudável é um direito humano básico, e isso envolve garantir o acesso de forma permanente e regular a toda sociedade, considerando a qualidade e segurança do alimento. As orientações presentes no Guia Alimentar são essenciais para que a população tenha uma alimentação saudável, porém, os grupos em situação de vulnerabilidade apresentam barreiras para seguir estas orientações, como a população em situação de rua. Nesse sentido, sabe-se que a condição de pobreza e a vivência da fome colocam os indivíduos em uma posição e padrão alimentar insuficiente e inadequado (ALBUQUERQUE, 2009), retirando o direito desse indivíduo de disponibilidade de um alimento seguro e de qualidade.

3 JUSTIFICATIVA

A alimentação é um direito social previsto na Constituição Federal, logo é dever do Estado garanti-lo a qualquer grupo social, ou seja, garantir também à população em situação de rua (BRASIL, 1988). No entanto, as ações do Estado acabam não sendo suficientes para atingir toda a população em situação de rua que vem crescendo em nível nacional (IPEA, 2020). Além disso, a pandemia do Coronavírus impactou toda a sociedade, mas também evidenciou a desigualdade já vivenciada no país às pessoas em vulnerabilidade social (UFB, 2020). Sendo assim, é importante compreender como a PSR acessa à alimentação cotidianamente, mas, para isso, é importante instrumentos adequados para este fim. Na literatura científica, não existem questionários próprios para avaliar o acesso à alimentação por este grupo específico. Apesar de haver instrumentos que aferem a alimentação como questionários de frequência alimentar, estes não são aptos para verificar acesso à alimentação, bem como para aferir frequência alimentar da população em situação de rua, que vivenciam uma realidade diferente da população que reside em domicílio. Desta forma, é importante a construção de um questionário validado que verifique o acesso à alimentação para que, assim, possa-se debater esse tema e dialogar com as políticas públicas e órgãos competentes a fim de garantir qualidade de vida digna a essa população, além de visibilizar este grupo social na Ciência da Nutrição. Esta dissertação é um avanço da pesquisa sobre alimentação e população em situação de rua realizada na Especialização em Saúde Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2021.

4 OBEJTIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Elaborar e validar um instrumento de avaliação da acessibilidade à alimentação de pessoas em situação de rua que utilizam os Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros POP) da cidade de Porto Alegre/RS.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Elaborar um instrumento com propósito de avaliar a acessibilidade à alimentação pela população em situação de rua.

Verificar a validade do instrumento à luz dos profissionais de saúde que atendem esta população.

Avaliar o acesso à alimentação em pessoas em situação de rua na cidade de Porto Alegre.

5 LISTA DE REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. F. M. A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. **Revista Nutrição**, Campinas, v. 22, n. 6, p 895 - 903, novembro a dezembro, 2009.

INSTITUTO DE POLÍTICAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA). **Nota técnica:** estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020). IPEA, 2020.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022..

BRASIL. **Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial 2006, Brasília. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm> Acesso em 20 de nov. de 2022

BRASIL. **Lei nº 14.016 de 23 de junho de 2020**. Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano, 2020. Disponível em <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.016-de-23-de-junho-de-2020-263187111>> Acesso em 15 de set. de 2022.

BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento e combate à fome**. Estudo técnico nº 01, Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional, 2014.

BRASIL, **Ministério da Saúde**. Política Nacional de Atenção Básica, 2017. Acesso em <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html> Acesso em 18 de set. de 2022.

BRASIL, **Ministério da Saúde**. Manual sobre cuidado à saúde junto da população em situação de rua, 2012. Disponível em <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_cuidado_populacao_rua.pdf> Acesso em 18 de set. de 2022.

BRASIL. População em situação de rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais. **Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, Ministério da Economia**, 2020. Disponível em <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10078/1/NT_74_Diest_Disoc_Populacao%20em%20Situacao%20de%20Rua%20em%20Tempos%20de%20Pandemia.pdf> Acesso em 09 de set. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, seção I, 05 out. 1988.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **A Política Nacional para a População em Situação de Rua.** Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em 09 set. 2021

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua,** maio, 2008. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/inclusaooutros/aa_diversos/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf. Acesso em 09 de jul. de 2022.

BRASIL. Rua: aprendendo a contar - **Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua.** Ministério do Desenvolvimento e combate à fome, 2009. Disponível em <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf> Acesso em 11 de set. de 2022.

BRITO, C.; SILVA, L. N. População em situação de rua: estigmas, preconceitos e estratégias de cuidado em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 1, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232022271.19662021>>. Acesso em: 19 set. 2022.

BUSS P.,M.; FILHO,A.,P. A saúde e seus determinantes sociais. **Revista Saúde Coletiva**, v.7, n.1, p.77-93, Rio de Janeiro, 2007.

CNDDH. Centro Nacional De Defesa Dos Direitos Humanos Da População Em Situação De Rua E Catadores De Material Reciclável. **Violações contra a população em situação de rua no Brasil** - um exercício de análise dos dados do CNDDH, 2014.

DEUS, F.R. O conceito de “aporofobia” de Adela Cortina: reflexões sobre a sistêmica aversão ao pobres e a pobreza. **Revista de Filosofia**, v2, n.1, p. 123-136; Salvador, 2020.

FERREIRA, V.C.P. ONGS no Brasil: um estudo sobre suas características e fatores que têm induzido seu crescimento. **Tese da Escola de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas**, Rio de Janeiro, 2005.

FUMIAN L.O. Perfil socioeconômico e de saúde da população em situação de rua, situado na Lapa-RJ. **Mestrado em Saúde da Família**, Pós Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2013.

GAMEIRO, N. A população em situação de rua aumentou durante a pandemia, **Fundação Oswaldo Cruz**. Brasília, 2021. Disponível <<https://portal.fiocruz.br/noticia/populacao-em-situacao-de-rua-aumentou-durante-pandemia>> Acesso em 13 de nov. 2022.

GOMES JUNIOR, N. N.; PESSANHA, L. D. R.; MITCHELL, P. V. Acesso À alimentação como direito social no Brasil: implicações para a sociedade e para o sistema nacional de informações. **SER Social**, [S. l.], v. 12, n. 27, p. 116–144, 2010. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12716. Acesso em 18 set. 2022.

HONORATO, B.E.F.; OLIVEIRA, A.C.S. População em situação de rua e COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v.54, n.4, p 1064-1078, Rio de Janeiro, 2020

MARTINS, B. N.; REIDEL, T. O acesso à alimentação da população em situação de rua de Porto Alegre: uma desigualdade intensificada pela pandemia. **Trabalho de Conclusão de Curso** – Especialização em Saúde Pública UFRGS, Porto Alegre, 2021

MIRANDA, F.A. **Direito à saúde da população em situação de rua Salvador**. Dissertação apresentada ao Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador. Salvador, 2014.

MONTEIRO. D.;CHAGAS, J.V. FIOCRUZ. **Pandemia de Covid-19 muda perfil de população em situação de rua**. 2021. Disponível em <<https://portal.fiocruz.br/noticia/pandemia-de-covid-19-muda-perfil-de-populacao-em-situacao-de-rua>> Acesso em 10 de set. de 2022.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos do Homem** [1948]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em 11 de set. 2022.

NONATO, D.N. Pessoas em situação de rua e violência: entrelaços em nome da suposta garantia da segurança pública. **Revista Direito em Debate**, n.49, p. 90-116, 2018.

PADRÃO, S. M. ; AGUIAR, O. B. **Restaurante popular: a política social em questão**. Revista em Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 02 - 20, 2018.

PORTO ALEGRE. **Fundação de Assistência Social e Cidadania. Serviços de Assistência Social**. Disponível em < https://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=56> Acesso em 20 de nov. 2022

REDE PENSSAN, II VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2022. Disponível em <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>> Acesso em 03 de set. de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria Estadual de Saúde**. Centro Estadual de Vigilância em saúde. Plano de contingência e ação estadual do rio grande do sul para infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV); 2020. Disponível em < <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/plano-de-acao-coronavirus-2020-rs.pdf>> Acesso em 12 de nov. 2022

SANCHEZ, R.M, CICONELLI, R.M. Conceitos de acesso à saúde. **Rev Panam Salud Publica**. 2012;31(3):260–8.

SILVA, M. L. L. Trabalho e população em situação de rua no Brasil. São Paulo. Cortez, 2009.

SCHUCH, P. A Legibilidade como Gestão e Inscrição Política de Populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil, Porto Alegre, 2015.

VALLE, F.A.A.L; FARAH, B. F.; JUNIOR, N.V. As vivências na rua que interferem na saúde: perspectiva da população em situação de rua. **Revista Saúde Debate**, v.44, n. 124, p. 182 -192, janeiro de 2020.

6 ARTIGO 1

Artigo a ser submetido à Revista Ciência e Saúde Coletiva (ISSN: 1678-4561)

Título

Construção e validação de conteúdo de um questionário sobre acesso à alimentação para população em situação de rua

Autores

Natália Borges Martins: Nutricionista, Especialista em Saúde Pública (UFRGS), Especialista em Gestão em Saúde (UFRGS), Mestranda no PPG Ciências da Nutrição (UFCSPA), borgesmartins05@gmail.com - ORCID 0000-0002-3037-1158

Daniele Botelho Vinholes: Nutricionista, Doutora em Epidemiologia (UFRGS), Professora adjunta do Departamento de Saúde Coletiva (UFCSPA), PPG Ciências da Nutrição (UFCSPA), danielebv@ufcspa.edu.br – ORCID 0000-0001-9007-1854

Resumo

O acesso à alimentação da população em situação de rua é limitado pela sua realidade e condição de vulnerabilidade. No entanto, não há instrumentos que visem avaliar o acesso a este direito humano e constitucional por parte deste grupo social. Assim, este estudo objetivou construir e validar um questionário sobre acesso à alimentação para população em situação de rua. O método Delphi foi a técnica utilizada para o processo de validação com a participação de especialistas que trabalham com esta temática. A construção do questionário foi baseada em documentos oficiais que versam sobre este grupo específico e sobre alimentação. O método Delphi foi realizado em duas rodadas de validação, sendo o Índice de validade de conteúdo (IVC) do questionário final de 75,4%. Foram totalizadas 30 questões na versão final, divididas em questões sobre dados gerais, como idade, sexo e tempo em situação de rua, questões sobre saúde que identifica as comorbidades existentes e questões de acesso à alimentação, as quais elucidam aspectos de frequência alimentar, locais de acesso, bem como perguntas qualitativas sobre alimentação. Este questionário permite contribuir para pesquisas futuras bem como compreender as especificidades das pessoas em situação de rua.

Palavras chaves: Técnica Delfos, pessoas em situação de rua, alimentação

Abstract

Access to food for the homeless population is limited by its reality and condition of vulnerability. However, there is no instrument to validate access to this constitutional right by this social group. Thus, this article aims to construct and validate a questionnaire on access to food for homeless people. The Delphi method was the technique chosen for the validation process with the participation of specialists working on this theme. The construction of the questionnaire was based on official documents that deal with this specific group and on food. The Delphi method was performed in two validation rounds, with the Content Validity Index (CVI) of the final questionnaire being 75.4%. Thirty questions were totaled in the final version, divided into questions about general data, such as age, gender and time in street situation, health issues that identify existing comorbidities and issues of access to food, which elucidate aspects of food frequency, places of access, as well as qualitative questions about food. This questionnaire allows contributing to future research as well as understanding the specificities of homeless people.

Keys words: Delphi Technique, Homeless Persons, Food

Introdução

A população em situação de rua, grupo caracterizado pela pobreza extrema e sem moradia convencional, vivencia a limitação de acesso a direitos básicos, tais como a educação, saúde e alimentação¹. Com a inserção da alimentação como direito social, por meio da Emenda Constitucional nº 64 de 2010, o poder público se compromete em garantir meios dignos de acesso à alimentação^{2,3}. Quando não há a condição do acesso pleno e permanente a alimentos, tem-se caracterizado a insegurança alimentar⁴. Em 2022, o número de pessoas em situação de insegurança alimentar (IA) ultrapassou 125 milhões, sendo 33,1 milhões com insegurança alimentar grave, ou seja, que convivem com a fome⁴. Esses números são resultado do desmonte de políticas públicas dos últimos anos, como a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), o qual tinha como um dos objetivos, elaborar o plano de combate à fome. Além disso, o CONSEA tinha o controle social como principal eixo, fragilizando, assim, a fiscalização do cumprimento das políticas de alimentação e nutrição no país.

Mesmo que os números da insegurança alimentar sejam preocupantes, não há incorporação de populações específicas na pesquisa, uma vez que a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar foi aplicada em famílias que vivem em domicílios⁴. Nesse sentido, a população em situação de rua, população quilombola e indígenas, que também podem vivenciar a insegurança alimentar, não foram contabilizados nos últimos dados. No Brasil, na última estimativa de 2020, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), existiam mais de 220 mil pessoas em situação de rua, número este que aumentou nos últimos anos, principalmente devido ao impacto econômico ocasionado pela pandemia de Covid-19⁶. Nessa perspectiva, o número de pessoas em IA pode aumentar significativamente com a investigação nestes grupos sociais.

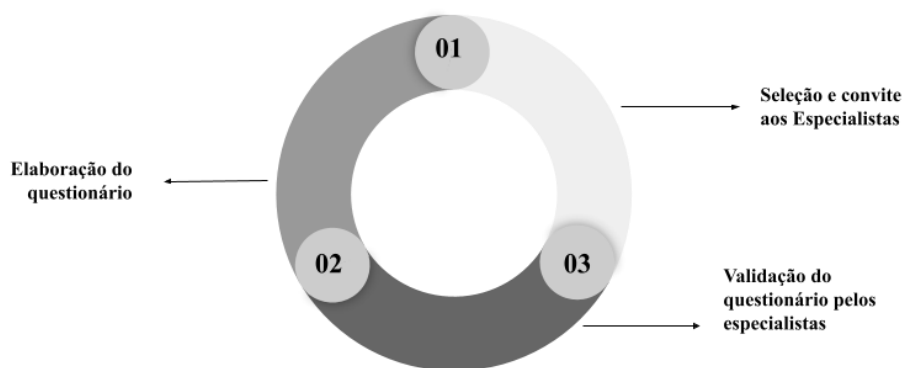
É iminente destacar a importância de visibilizar a população em situação de rua na sociedade, bem como no meio acadêmico, considerando-se que a literatura científica não

apresenta instrumentos específicos que visem avaliar o acesso à alimentação neste grupo populacional. Assim, o objetivo deste estudo foi construir e validar um questionário de acesso à alimentação para população em situação de rua.

Método

Trata-se de um estudo metodológico em três etapas: elaboração do questionário e posterior seleção dos especialistas e validação do questionário elaborado por meio de painel de especialistas. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), sob o CAAE nº 52803321.80000.5345. Os especialistas assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido. A figura 1 representa as etapas de validação do instrumento, que ocorreram entre novembro de 2021 a maio de 2022:

Figura 1: fluxo do estudo para construção e validação do instrumento



Fonte: elaborada pela autora

Elaboração do questionário - etapa 01

A construção do instrumento foi baseada na análise de documentos que versassem sobre alimentação e segurança alimentar, bem como população em situação de rua: Guia Alimentar para População Brasileira, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, a Política Nacional da População em situação de rua, Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Nesta análise, aspectos referentes à alimentação e acesso foram

observados para construir eixos importantes para o questionário. Após, foi proposto a primeira versão do questionário de acesso à alimentação, contemplando questões referente aos locais de acesso, frequência alimentar, quantidade de refeições e questões qualitativas como o significado da alimentação.

Validação do instrumento pelos especialistas - etapa 02 e 03

Os critérios de inclusão dos especialistas foram indivíduos maiores de 18 anos, profissionais que pesquisassem ou trabalhassem diretamente com a população em situação e/ou acesso à alimentação. O convite para participação no estudo ocorreu por meio do envio de e-mail eletrônico.

Foi utilizada a técnica Delphi para validação de conteúdo do questionário. Esta técnica se divide nas seguintes etapas: escolha dos especialistas, construção do questionário, primeiro contato com os especialistas e convite, envio do questionário, recebimento das respostas do questionário enviado primeiramente, análise das respostas, ajustes e envio do questionário atualizado, recebimento de novas análises e finalização do processo⁷. A validação se deu em duas rodadas, as quais foram conduzidas de forma online através das plataformas REDCap¹ e Google Forms. O prazo para retorno era de 15 dias e lembretes foram programados para envio. Foi inserido no questionário, um espaço para que os especialistas pudessem fazer sugestões, comentários e críticas. Para a análise dos itens do questionário, foi utilizada uma escala Likert para avaliar a relevância de cada questão: pouca, moderada ou muito relevante. A análise estatística foi realizada através do Índice de validade de conteúdo (IVC) entre os especialistas para cada item do questionário e para o questionário como um todo. Foi considerado adequado um IVC de pelo menos 70% para permanência ou não dos itens no questionário.

Resultados

¹ Research Electronic Data Capture

Construção do questionário

O questionário construído foi dividido em três categorias: características gerais, questões de saúde e questões sobre alimentação, totalizando inicialmente 38 perguntas. Nas características gerais, encontrou-se dados como sexo, idade, renda, tempo em situação de rua e utilização de serviços de atenção psicoassistencial. As questões sobre saúde incluíram presença de alguma doença e acesso à água para lavar as mãos, sendo esta última uma recomendação básica do Ministério da Saúde para auxiliar na prevenção de Covid -19⁸. Por último, algumas questões referentes à alimentação e acesso foram investigadas por questionamentos como número de refeições diárias, local de acesso à alimentação e quais alimentos tem acesso e frequência de consumo. Também foram inseridas questões abertas para que, conforme Minayo (2012), as respostas possam ser compreendidas representando a realidade e experiências dos indivíduos através do método qualitativo⁹.

Etapas da validação

A validação do questionário ocorreu em duas rodadas, uma vez que na primeira rodada não foi atingido o IVC adequado para o questionário (68,6%). A tabela 1 apresenta o IVC de cada questão e para o questionário como um todo, nas duas rodadas que seguiram a validação. Entre os 26 especialistas convidados para a etapa de validação, 23 aceitaram e responderam a primeira rodada do questionário. Já na segunda rodada, 18 especialistas retornaram com a análise.

Após ajustes de acordo com a avaliação a primeira versão do questionário, uma 2ª rodada foi realizada e a avaliação final foi de 75,4% de concordância entre os especialistas. Ademais, oito questões foram excluídas da versão final.

[TABELA 1]

Discussão

O presente estudo teve como objetivo construir e validar um questionário de acesso à alimentação para população em situação de rua através de um painel de especialistas. Durante

as etapas de validação houve perda de participantes especialistas; no entanto, esta perda não prejudicou a avaliação da segunda rodada, visto que o mínimo necessário para validação de um instrumento é 10 especialistas conforme o método Delphi¹⁰.

Uma das questões que foi excluída do questionário após a reprovação pelos especialistas, estava relacionada ao acesso a outras bebidas (exceto água), uma vez que poderia envolver gatilho sobre o uso de álcool. Um estudo na região do Nordeste com 100 pessoas em situação de rua identificou que 68% dos participantes utilizavam álcool, o qual é um comportamento vulnerável ao adoecer e justifica a retirada desta questão¹¹. Nesse contexto, a questão do "acesso à água para beber" também foi retirada da versão final, mesmo aprovada pelos especialistas nas duas rodadas.

Outra questão retirada foi "você já cozinhou e você gosta de cozinhar?". A reprovação pode ter se dado pela falta de local para executar tal ação por parte da população em situação de rua posto que, dificilmente, encontra os meios para poder cozinhar. Para a segunda rodada, então, foram excluídas a maioria das questões em que o IVC não atingiu 70%. No entanto, algumas questões que ainda não estavam em concordância, mas que eram julgadas necessárias pelas pesquisadoras, foram mantidas para a segunda rodada com justificativa de sua permanência. Nesse sentido, estas questões foram avaliadas pelos especialistas e mantidas no questionário final, o qual totalizou 30 questões.

Algumas das questões que foram mantidas na segunda rodada, mesmo com reprovação na primeira, é a pergunta aberta sobre "você consegue escolher os alimentos que vai comer?". Esta pergunta remete à escolha alimentar, que é um processo fundamental na autonomia e segurança alimentar, respeitando o direito de escolha na alimentação e, dessa forma, a liberdade. Baseado nisso, o Guia Alimentar para a população brasileira assevera que a ampliação da autonomia nas escolhas de alimentos implica o fortalecimento das pessoas, famílias e comunidades para se tornarem agentes produtores de sua saúde, desenvolvendo a

capacidade de autocuidado e também de agir sobre os fatores do ambiente que determinam sua saúde¹². Outra pergunta mantida foi “você come sozinho ou acompanhado?”. Apesar desta questão ser reprovada nas duas rodadas, decidiu-se por não a retirar da versão final uma vez que o Guia Alimentar, instrumento utilizado para elaboração do questionário, relata que os seres humanos são seres sociais e que comer é um hábito impregnado na história e cultura humana, além de melhorar o pertencimento de um indivíduo em um grupo¹². Vale ressaltar que estas questões não apresentaram o IVC estabelecido para o item, mas o questionário como instrumento total atingiu o percentual esperado, justificando a manutenção das questões.

O método Delphi foi utilizado neste estudo por, justamente, ser um método em que profissionais especialistas no tema principal do questionário podem avaliar e contribuir para sua construção, enriquecendo o processo de validação¹³. Zarili e colaboradores trazem que o método Delphi define em torno de 2 a 4 rodadas para validação, o que foi concretizado neste estudo¹³. O objetivo do método utilizado, conforme Marques & Freitas (2012), não é atingir um consenso inicial entre os profissionais, mas suas dissonâncias para que as experiências de cada um qualifiquem o instrumento durante as rodadas¹⁴. Além disso, é raro, e não desejável, um consenso total de todos os indicadores, estratégia que permitiu que a validação ocorresse em duas rodadas neste artigo. Uma revisão integrativa¹⁵ demonstrou que o método Delphi tem sido utilizado em situações em que não há dados suficientes e informações precisas. Assim, a validação de um questionário de acesso à alimentação de uma população invisibilizada e estereotipada permite identificar e estimular novas ideias e estudos^{15,16}.

Não há na literatura científica, questionário que verifique o acesso à alimentação da população em situação de rua e justamente por isto este instrumento se torna importante para pesquisas posteriores. Apesar disso, o questionário possui algumas limitações que necessitam ser consideradas em uma nova validação. Inicialmente, não houve inserção da pergunta raça/cor/etnia no questionário, o que obstaculiza a identificação das principais demandas e

agravos da população negra, além de dificultar o combate ao racismo estrutural¹⁷. O último inquérito sobre insegurança alimentar no país revelou que a segurança alimentar em lares de pessoas autodeclaradas brancas atinge em torno de 53,2%, já em lares de pessoas autodeclaradas preta e perda atinge 35%. Nesse sentido, percebe-se que a fome tem cor e em 65% dos domicílios chefiados por pessoas pretas e pardas convivem com a insegurança alimentar, demonstrando que o direito humano à alimentação adequada é violado principalmente nesta população⁴. Estes dados podem transparecer na alimentação da população em situação de rua e, por isso, são necessários mais estudos para identificar esta relação. Também não são identificados dados sobre gênero desta população, o que, de acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) pode dificultar o acesso à saúde e aos recursos para atingir tal direito uma vez que pode ser identificadas desigualdades sociais e preconceitos.

Conclusões

O questionário de acesso à alimentação da população em situação de rua foi construído para ser aplicado nos Centros de Referência Especializado a população em situação de rua (CENTROS POP), no entanto, pode ser modificado para aplicação em outros serviços a esta população. O método Delphi resulta na qualificação concreta do instrumento, O questionário proposto visa mensurar o acesso à alimentação por um grupo populacional específico e altamente vulnerável à insegurança alimentar e à fome. Este instrumento afere o acesso à alimentação, contudo, seria interessante uma adaptação na Escala Brasileira de Insegurança alimentar para investigar o grau de insegurança alimentar em grupos que não possuem moradia fixa. Para além, este instrumento validado necessita de uma nova validação com as questões de raça/cor/etnia inseridas, além de dados sobre gênero. Essa revalidação é necessária para que o acesso à alimentação, além de outros direitos, seja oportunizado a todos os grupos de acordo com sua demanda e especificidade. Acredita-se que validar este

questionário pode auxiliar outros pesquisadores a entender melhor o acesso à alimentação e a realidade deste grupo social para que, assim, a pesquisa possa embasar melhores programas e políticas públicas bem como qualificar e efetivar as já existentes.

Tabela 1. Julgamento dos juízes quanto ao grau de relevância de cada item do instrumento, conforme o Índice de Validade de Conteúdo Individual (IVC) nas rodadas I e II. Porto Alegre, 2022

Nº	ITENS DO QUESTIONÁRIO	Grau de Relevância	
		IVC 1ª rodada (%)	IVC 2ª rodada (%)
DADOS GERAIS			
1	Sexo () Masculino () Feminino () prefiro não responder	88,2	94,4
2	Idade	76,5	88,9
3	Até que série você estudou? () Ensino fundamental incompleto () Ensino fundamental completo () Ensino médio incompleto () Ensino médio completo () Graduação incompleta () Graduação completa () Pós -graduação incompleta () Pós - graduação completa () EJA completo () EJA incompleto	64,7	–
4	Qual sua cidade de origem? (2ª rodada)Você é de Porto Alegre ? () sim () não.	35,3	83,3
5	Você possui alguma renda? () sim () não	94,1	94,4
6	Você ganha algum benefício? () sim () não	87,5	94,4
7	Em quanto tempo está em situação de rua? dias/semanas/mês/anos	82,4	88,9
8	Você foi pra rua antes ou depois da pandemia? () antes () depois	82,4	77,8
9	Utiliza com que frequência os serviços do Centro POP's? () diariamente () 3-5x semana () 1-2x semana () quinzenalmente () mensalmente () menos que 1x mês	87,5	94,4
DADOS DE SAÚDE			
1	Você tem algum problema de saúde () sim () não () não sei () Se sim, qual? _____	88,2	77,8
2	Você consegue lavar as mãos antes de comer? () sim () não	52,9	38,9
DADOS DE ALIMENTAÇÃO			
1	Qual foi a última vez que você comeu?	64,7	–
2	Onde foi sua última refeição?	87,5	77,8
3	Quando foi sua última refeição () hoje () ontem () anteontem () há mais de 3 dias () há mais de 4 dias () há mais de 5 dias () há mais de 6 dias () há mais de uma semana	82,4	94,4
4	O que você comeu pela última vez?	70,6	61,1
5	Quantas refeições você faz por dia? () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ou mais	100,0	83,3
6	De qual forma você consegue o alimento? ()Eu mesmo consigo comprar () ganho de um projeto social () acesso em um restaurante () acesso de um instituição pública, como o centro pop ou albergue () doação () outra forma _____	100,0	100,0
7	Onde você costuma fazer as refeições? () em um restaurante privado () local público () Instituição pública	82,4	77,8
8	Você come acompanhado ou sozinho? () acompanhado () sozinho	70,6	38,9
9	Quais alimentos você tem acesso? () feijões e leguminosas () cereais (macarrão, polenta, arroz, pães, trigo) () raízes e tubérculos (mandioca, batata, inhame, cará) () legumes e verduras () frutas () castanhas e	82,4	88,9

	nozes () leite e queijos () carnes e ovos () industrializados ultraprocessados (biscoito, salgadinho, massa instantânea)		
10	Dentre os alimentos que você tem acesso, qual é a frequência? (para cada alimentos uma resposta) Opções: Feijões e leguminosas Cereais Raízes e tubérculos Legumes e verduras Frutas Castanhas e Nozes Leites e queijos Carnes e ovos Ultraprocessados Opções de frequência: () Não se aplica () Todos os dias () 5 a 6x/semana () 3 a 4x/semana () 1 a 2x/semana () Menos de 1x/semana	62,5	77,8
11	Como você realiza as refeições? () com as mãos () com talheres () com os dois	23,5	–
12	Você tem acesso à água para beber? () sim () não	100,0	100,0
13	Você tem acesso a alguma outra bebida? () sim () não Se sim, quais? _____	52,9	–
14	Existem alimentos que você não gosta de comer? () sim () não () se sim, quais	52,9	66,7
15	Por que você não gosta desses alimentos? () gosto / paladar () crença () cultura () outro motivo _____	37,5	38,9
16	Você consegue escolher os alimentos que vai comer? () sim () não () às vezes	64,7	88,9
17	Alguma profissional da saúde já te orientou quanto à sua alimentação? () sim () não	70,6	61,1
18	Você costuma comprar alimentos? () sim () não	76,5	83,3
19	Se sim, quais alimentos você compra? () feijões e leguminosas () cereais (macarrão, polenta, arroz, pães, trigo) () raízes e tubérculos (mandioca, batata, inhame, cará) () legumes e verduras () frutas () castanhas e nozes () leite e queijos () carnes e ovos () industrializados ultraprocessados (biscoito, salgadinho, massa instantânea)	64,7	77,8
20	Onde você compra? () no mercado () na feira () nos dois () em outro local _____	52,9	61,1
21	Você já cozinhou? () sim () não	47,1	–
22	Você gosta de cozinhar? () sim () não () às vezes	35,3	38,9
PERGUNTAS ABERTAS - ALIMENTAÇÃO			
1	O que o alimento significa pra você?	88,2	66,7
2	Qual seu alimento favorito?	47,1	50,0
3	O que é alimentação saudável pra você?	76,5	55,6
4	O que você já fez pra poder comer?	50,0	88,9
5	Como era a alimentação antes da situação de rua?	76,5	77,8
	Avaliação total	68,6	75,4

Fonte: elaborado pela autora

Referências

1. Brasil. Lei nº Decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília; 2009
2. Brasil. Constituição Federal da República Brasileira;1988 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
3. Brasil. Emenda Constitucional nº64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o artigo 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Brasília: Diário Oficial da União; 2010 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm
4. Rede de soberania e segurança alimentar. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil ,2022
5. Brasil. Medida provisória nº 870 de 1º de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília: Diário Oficial da União; 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm
6. Brasil. Instituto de Políticas econômicas aplicadas. Nota técnica: estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020); 2020.
7. Marques JBV, Freitas, D. Método Delphi: caracterização e potencialidades na pesquisa em Educação. Revista Proposições, v.29, n. 2, p. 389-415, São Paulo, Agosto de 2018.
8. Ministério da Saúde (Brasil). Coronavírus -Como se Proteger? Confirma medidas não farmacológicas de prevenção e controle da pandemia do novo coronavírus; 2021 Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/como-se-proteger>
9. Minayo. MCS. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Rev. Ciência e Saúde Coletiva, v. 17, n. 13, p. 621-29, Rio de Janeiro, 2012.
10. Marques JBV, Freitas, D. Método Delphi: caracterização e potencialidades na pesquisa em Educação. Revista Proposições, v.29, n. 2, p. 389-415, São Paulo, Agosto de 2018.
11. Patrício, ACFA, Figueiredo, MSBR; *et al.* Condições e risco à saúde: pessoas em situação de rua. Revista enfermagem, v.28, Rio de Janeiro, 2020.
12. Ministério da Saúde (Brasil). Secretaria de Atenção à Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2a ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2014.

13. Zarili, TFT, Castanheira, ERL; *et al.* Técnica Delphi no processo de validação do Questionário de Avaliação da Atenção Básica (QualiAB) para aplicação nacional, Revista Saúde e Sociedade, v.30, n. 2, São Paulo, 2021.
14. Marques JBV, Freitas, D. Método Delphi: caracterização e potencialidades na pesquisa em Educação. Revista Proposições, v.29, n. 2, p. 389-415, São Paulo; 2018.
15. Coutinho, SS, Freitas, MA.; *et al.* O uso da Técnica DELphi na pesquisa em atenção primária à saúde: revisão integrativa, Revista Baiana de Saúde Pública, v. 37, n. 3, p. 582-96, 2013.
16. Brito, C; Silva, LN. População em situação de rua: estigmas, preconceitos e estratégias de cuidado em saúde, Revista Ciência e Saúde coletiva, v. 27, n. 1, p. 151-160, Rio de Janeiro, 2022
17. Lemos, Andrey Roosevelt Chagas. A educação permanente na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no SUS: a experiência da UNA-SUS. 2019. 103 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Saúde) Escola Fiocruz de Governo, Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, 2019.

7 ARTIGO 2

Artigo a ser submetido à Revista Panamericana de Salud Pública (ISSN: 1680-5348)

Título: O acesso à alimentação de pessoas em situação de rua de uma capital brasileira

Natália Borges Martins: Nutricionista, Especialista em Saúde Pública (UFRGS), Especialista em Gestão em Saúde (UFRGS), Mestranda no PPG Ciências da Nutrição (UFCSPA), borgesmartins05@gmail.com - ORCID 0000-0002-3037-1158

Daniele Botelho Vinholes: Daniele Botelho Vinholes: Nutricionista, Doutora em Epidemiologia (UFRGS), Professora adjunta do Departamento de Saúde Coletiva (UFCSPA), PPG Ciências da Nutrição (UFCSPA), danielebv@ufcspa.edu.br – ORCID 0000-0001-9007-1854

Resumo:

Objetivos: Avaliar o acesso à alimentação de pessoas em situação de rua de um serviço especializado de Porto Alegre, Rio Grande do Sul (Brasil). **Métodos:** trata-se de um estudo transversal com aplicação de um questionário de acesso à alimentação em dois serviços especializados para pessoas em situação de rua na cidade de Porto Alegre/RS. **Resultados:** 65 usuários do serviço participaram do estudo, sendo 81,5% do sexo masculino, com média de idade de 44,12 anos. As principais formas de acesso à alimentação se deram através das instituições públicas e pelos projetos sociais. Quanto ao tipo de alimento mais consumido, arroz e feijão apareceram em 100% das respostas, além do consumo de frutas e ultraprocessados. O hábito da compra esteve presente em 66,2% dos participantes. **Conclusão:** a população em situação usuária dos Centros Pop's tem acesso à alimentação, inclusive a alimentos in natura e minimamente processados. No entanto, é necessário avaliar a qualidade deste alimento, considerando os aspectos da segurança alimentar.

Palavras - chaves: alimentação, pessoas em situação de rua

Abstract:

Objectives: To evaluate the access to food of homeless people of a specialized service in Porto Alegre, Rio Grande do Sul (Brazil). **Methods:** this is a cross-sectional study with the application of a questionnaire of access to food in two specialized services for homeless people in the city of Porto Alegre/RS. **Results:** 65 users of the service participated in the study, 81.5% of them male, with a mean age of 44.12 years. The main forms of access to food took place through public institutions and social projects. Regarding the type of food most consumed, rice and beans appeared in 100% of the answers, in addition to the consumption of fruits and ultra-processed products. The habit of buying is present in 66.2% of the participants. **Conclusion:** It is important to highlight that the participants of this study are users of food supply services, a reality not applied to the entire homeless population of the city.

Keywords - keys: food, homeless people

INTRODUÇÃO

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é inerente à dignidade do ser humano e o poder público, juntamente com a participação social, deve providenciar meios para assegurá-lo (1). Contudo, ainda há violação deste direito constitucional em grande parte da população brasileira. Os dados atuais da fome são alarmantes em um país que já havia saído do mapa da fome da ONU em 2014. Atualmente há mais de 125 milhões de pessoas com algum grau de insegurança alimentar, a qual pode ser leve, moderada e grave, sendo a fome, representada pela última, com 33,1 milhões de pessoas (2). Dentro desse cenário, as pessoas em situação de rua (PSR), que vivem em condição de pobreza e sem moradia fixa, vivenciam a violação de direitos sociais (3). A Segurança Alimentar, definida pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (4), significa a

“realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”.

Nesse sentido, a pessoa em situação de rua não se apropria do DHAA uma vez que não tem condições para exercer este direito. O número de pessoas em situação de rua no Brasil, em 2020, é estimado em aproximadamente 220 mil (5). No entanto, não há levantamento atual deste número, principalmente após o impacto da pandemia do Covid 19. Em Porto Alegre, foram contabilizadas mais de 3850 pessoas, segundo informação do órgão municipal (6). Para acessar à alimentação, a pessoa em situação de rua, quando não há renda suficiente para a compra, busca instituições públicas, projetos sociais e doações, havendo, assim, diferentes meios de acesso (7,8). Dentro deste contexto, esta pesquisa objetivou verificar o acesso à alimentação da pessoa em situação de rua de Porto Alegre que utiliza os Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros POP).

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa quantitativa transversal do tipo analítico com aplicação de um questionário de acesso à alimentação da população em situação de rua. O estudo aconteceu no município de Porto Alegre em dois Centros POPs da cidade, nos meses de junho e julho de 2022. Os Centros POPs estão localizados, dentro da estrutura de órgãos da prefeitura, nos Centros de Referências Especializado em Assistência Social, os CREAS, que, por sua vez, estão nos serviços de atenção especializada dentro da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). O questionário foi aplicado no Centro Pop I e III de Porto Alegre, os quais são frequentados diariamente por 54,7% dos usuários. Como critérios de inclusão da pesquisa, podemos citar: estar em situação de rua, ter mais de 18 anos, não apresentar traços de dependência química, além da recomendação dos monitores que trabalham nos Centros POP. A estimativa do número de indivíduos que utilizam o serviço do Centro Pop é de 220. Entretanto, não houve, neste estudo, cálculo de tamanho amostral, uma vez que o número de participantes se daria pelo fluxo do serviço. As duas pesquisadoras que aplicaram o questionário realizaram o convite para participar da pesquisa durante o período de café da manhã. Após o aceite no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, as perguntas foram realizadas pelas pesquisadoras e anotadas de forma manual, em uma sala reservada. O instrumento utilizado foi previamente elaborado e validado por especialistas na área, além disso, o questionário é composto por 30 questões sobre informações sociodemográficas, informações gerais sobre saúde e alimentação. Os dados foram digitados no programa Excel para análise estatística posterior, com análise descritiva através de frequência absoluta e relativa, média e desvio padrão. Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de ética da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), sendo o CAAE nº 52803321.80000.5345 e com anuência do Núcleo de Educação Permanente (NUEP) da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) da Prefeitura de Porto Alegre.

RESULTADOS

Participaram do estudo 65 usuários dos Centros Pop, sendo 81,5% do sexo masculino, com média de idade de 44,12 anos (desvio padrão: 14,13). Aproximadamente metade dos participantes eram de Porto Alegre. Identificaram-se que 61,5% das pessoas em situação de rua do estudo obtinham alguma renda, através do Auxílio Brasil ou/e renda de trabalho. A temporariedade do momento da situação de rua se deu em maior número durante a pandemia, sendo que 55,4% estão nesta situação há pelo menos 1 ano. A tabela abaixo apresenta as demais características dos participantes.

[TABELA 1]

A média de refeições realizada pelos participantes foi de 3,5 por dia ($\pm 1,21$). As principais formas de acesso relatadas foram o acesso através de alguma instituição pública (93,84%), como restaurantes populares e Centros pop, seguido de acesso pelo voluntariado de projetos sociais (58,46%). Por último, encontram-se compras (24,31%), doação (30,76%), restaurantes privados (15,38%) ou outra forma (7,69%).

Quanto aos alimentos acessados pela população em situação de rua, destacam-se o grupo dos cereais e feijões e leguminosas, estando na rotina de 100% dos participantes. Além disso, alimentos ultraprocessados (67,2%) e frutas e legumes e verduras (95,4%) também apresentaram acesso diário pelos participantes (figura 1).

[FIGURA 1]

A tabela 2 apresenta os tipos de alimentos comprados pela população em situação de rua. A compra de alimentos foi relatada por 66,2% dos participantes, sendo os alimentos ultraprocessados e as frutas, os itens mais comprados. As marmitas e lanches foram alternativas que não constavam no questionário oficial, mas foram inseridas por aparecerem em 18 respostas como itens pela praticidade aos quais se configuram. As castanhas e nozes foram os alimentos menos acessados e menos comprados, dentre os grupos de alimentos segundo o Guia Alimentar. Já os ultraprocessados são comprados por 61% dos usuários que têm o hábito da compra.

[TABELA 2]

DISCUSSÃO

Esta pesquisa objetivou verificar o acesso à alimentação da pessoa em situação de rua de Porto Alegre que utiliza os Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros POP). O último censo da população em situação de rua que aconteceu em 2008 e identificou 82% de homens, corroborando o perfil do presente estudo. (9). Neste mesmo Censo, 70,9% dos participantes relataram exercer alguma atividade remunerada, já neste estudo 61,5% relataram possuir alguma renda, a qual está dividida entre Auxílio Brasil e/ou atividade remunerada, como catador de materiais recicláveis. Apesar disso, o trabalho é informal e, segundo a Política Nacional da População em situação de rua, são necessárias ações de inclusão deste grupo como prioritários na intermediação de emprego e requalificação profissional (3). É importante destacar que a maioria dos entrevistados relataram ir para as ruas durante o período de pandemia. Este dado pode ser justificado em decorrência do aumento do desemprego durante este cenário de crise sanitária alavancada pela COVID 19. (10). Ainda, identificou-se que mais da metade dos entrevistados frequentavam os Centros Pop diariamente, revelando a importância deste serviço para esta população. Este serviço está abrangido pela Política Nacional para população em situação de rua, a qual traz como objetivo assegurar o acesso amplo e seguro aos

serviços e programas, sendo serviços de saúde, assistência social, moradia e alimentação, dentre outros (3).

O estudo de Oliveira & Alcântara (2021) trouxe que durante o período de pandemia o acesso à alimentação da população em situação de rua foi ainda mais dificultado devido ao isolamento social. Nesse sentido, os trabalhos informais que eram os meios de ganho de renda foram interrompidos ou diminuídos (11). Mesmo assim, os usuários dos Centros Pop's realizam uma média de 3,5 refeições por dia, sendo as duas principais formas de acesso à alimentação os projetos sociais e instituições públicas. No município do Rio de Janeiro, grande parte das pessoas em situação de rua realiza de 1 a 2 refeições e alguns relataram ficar sem comer durante um dia inteiro (8). O estudo de Oliveira também (2017) identificou que as principais estratégias de acesso à alimentação no centro do Rio de Janeiro são as carreatas (instituições, grupos ou pessoas ligadas a atividades religiosas que distribuem refeições) e as ações solidárias (8). No entanto, neste mesmo estudo, não houve relatos de acesso por instituições públicas. As principais instituições em Porto Alegre que oferecem alimentação são os Restaurantes Populares, Abrigos, Albergues e Centros Pop, segundo o site institucional da prefeitura da capital.

Quanto ao tipo de alimentos consumidos, 100% dos participantes relataram o consumo de arroz e feijão, prato este que vem perdendo espaço para alimentos prontos, como sanduíches, por exemplo (12). No entanto, o Guia Alimentar para População Brasileira traz como dica de ouro, o consumo de alimentos in natura e minimamente processados, como arroz e feijão, prato que a PSR tem acesso em sua rotina (13).

O hábito de comprar revela autonomia por parte do indivíduo. Neste estudo, mais da metade dos participantes relataram comprar alimentos e os mais comprados pela população em situação de rua foram ultraprocessados e frutas por serem alimentos mais fáceis de consumo, uma vez que não há local apropriado para cozinhar, na maioria dos casos. O estudo de

Derrickson & Gans verificou, em 75 famílias em situação de rua, o alto consumo de gorduras e açúcares e baixo consumo de frutas e vegetais, em Oahu, no Havaí (14). Oliveira e colaboradores também revelaram em seu estudo que a compra é uma forma frequente de acesso ao alimento, através de recursos de trabalhos informais e precarizados ou até meios mais inseguros como prostituições e roubos (8). Importante salientar que a compra está ligada à autonomia e liberdade, direitos, muitas vezes, violados pela população em situação de rua. Ademais, o poder de compra está relacionado ao contexto socioeconômico e, conforme a Fundação Getúlio Vargas Social, 29,6% dos brasileiros têm renda menor que R\$500,00 (15).

O direito humano à alimentação adequada é uma pauta que entrou na gestão pública com maior importância durante o governo Lula, em que diversos programas foram criados, dentre eles, a Fome Zero (16). Demonstrando o real interesse em diminuir a fome no país, o Brasil, em 2014, saiu do Mapa da Fome da Organização Mundial da Saúde. A partir dos governos subsequentes, ocorreram desmontes de programas e políticas referentes à segurança alimentar, seguido da extinção do Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição (CONSEA), no início do governo atual. Esse contexto possibilitou, segundo Guerra (2022), retrocessos na classe trabalhadora e fragilidades na segurança alimentar da população (17). A população em situação de rua experimenta este retrocesso em sua rotina e, apesar de parte deste grupo estar amparado pelos serviços, são necessários avanços na abrangência do acolhimento institucional.

Um estudo com famílias em situação de rua nos Estados Unidos revelou que as principais barreiras para se alimentar melhor são a falta de acesso para cozinhar e armazenar os alimentos, elevado custo dos alimentos e pouco acesso a alimentos saudáveis (18). Apesar disso, é importante ressaltar que o cenário das pessoas em situação de rua nos Estados Unidos difere da do Brasil uma vez que cada país tem sua cultura, desigualdades e especificidades. Finalizando, estas barreiras de acesso revelam que ter o direito à moradia garantido, dentre outros, possibilita uma alimentação saudável. Assim, o direito humano à alimentação adequada

é violado quando não se tem acesso regular aos alimentos e quando não se tem moradia. Este estudo permite entender o acesso à alimentação de um grupo social que vivencia uma realidade de violação de direitos humanos. O direito à alimentação adequada não representa apenas o acesso aos alimentos, mas também é necessário analisar a qualidade alimentar, bem como o contexto no qual os alimentos são provenientes, como o respeito ao ambiente e à cultura.

CONCLUSÃO

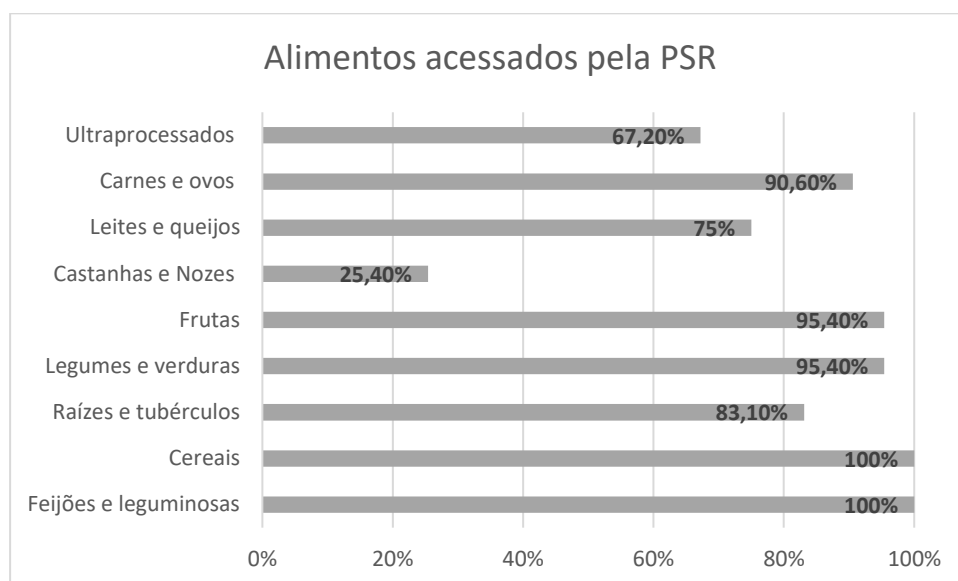
A alimentação não tem um papel somente em questões nutricionais e de prevenção de doenças, mas em questões de promoção de saúde e significações simbólicas para cada indivíduo em seu particular e na sociedade. Dessa forma, a população em situação de rua tem o direito de vivenciar os diferentes papéis e significados que o “comer” representa, no entanto, sabe-se que este grupo social tem limitações no acesso à alimentação. Apesar disso, os participantes do trabalho têm acesso à alimentação cotidianamente. Porém, o acesso em si pode ou não ser adequado. Para isso, é necessário avaliar a qualidade alimentar deste acesso, uma vez que a oferta pode não significar direito humano à alimentação adequada, respeitando os aspectos culturais, sociais e ambientais que a segurança alimentar propõe. Ainda, é necessário destacar que a população do presente estudo é um grupo de pessoas em situação de rua que acessam os serviços e outros locais de acesso à alimentação. Apesar disso, outra parte deste grupo social não acessa esses serviços, tendo, portanto, diferentes formas de acesso à alimentação, sendo necessário aferir o acesso também neste grupo. Além de viver em estresse e insegurança pelo cenário que a situação de rua oferece a este grupo, a alimentação é um direito que é buscado cotidianamente pela cidade, revelando que o “se alimentar” é instável e modifica conforme a disponibilidade e o dia. Os dados deste trabalho contribuirão com a transversalidade nas políticas estaduais de saúde de alimentação e nutrição e de pessoas em situação de rua do Rio Grande do Sul, Brasil.

Tabela 1: Características sociodemográficas e de situação de rua da PSR usuária do Centros POP 1 e 3 de Porto Alegre [N(%) ou Média (\pm desvio-padrão)] (N=65)

Características	N(%) ou Média (\pmdesvio-padrão)
Sexo	
Masculino	53 (81,5)
Feminino	12 (18,5)
Idade (em anos completos)	44,12 (\pm 14,13)
Origem	
Porto Alegre	33 (50,8)
Outros locais	32 (49,2)
Possui alguma renda	40 (61,5)
Momento da situação de rua (N=64)	
Antes da pandemia	24 (37,5)
Durante a pandemia	40 (62,5)
Tempo em situação de rua	
Até 1 ano	36 (55,4)
2-3 anos	9 (13,8)
Mais de 3 anos	20 (30,8)
Utilização do centro pop	
Diariamente	35 (54,7)
Semanal	27 (42,2)
Mensal	2 (3,2)

Fonte: elaborada pela autora

Figura 1. Alimentos acessados pela população em situação de rua usuárias dos Centros Pop / Porto Alegre RS.



Fonte: elaborada pela autora

Tabela 2. Alimentos comprados pela população em situação de rua usuárias dos Centros Pop / Porto Alegre RS. [N(%)]

Alimentos	N(%)
Tipo de alimentos comprados pela PSR	
Feijões e leguminosas (N=42)	11 (26,2)
Cereais (N=42)	15 (35,7)
Raízes e tubérculos (N=42)	7 (16,7)
Legumes e verduras (N=42)	13 (31,0)
Frutas (N=42)	19 (45,2)
Castanhas e Nozes (N=42)	5 (11,9)
Leites e queijos (N=42)	12 (28,6)
Carnes e ovos (N=42)	13 (31,0)
Alimentos Ultraprocessados (N=42)	26 (61,9)
Lanches (N=46)	14 (34,0)
Marmitas prontas (N=46)	4 (8,7)

Fonte: elaborado pela autora.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Constituição Federal da República Brasileira;1988 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
2. Rede de soberania e segurança alimentar. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil ,2022.
3. Brasil. Lei nº Decreto nº7053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília; 2009
4. Brasil. Lei nº Decreto nº11.346, de 15 de setembro de 2006. Institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília; 2006
5. Brasil. Instituto de Políticas econômicas aplicadas. Nota técnica: estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020); 2020.
6. Nunes R. Número de pessoas em situação de rua em Porto Alegre aumentou 38,73% em 2020; 2021 Disponível em:<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/03/numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-em-porto-alegre-aumentou-3873-em-2020-ckluyq6b5004g0198z9tq0xzj.html>
7. Martins NB, Reidel T. O acesso à alimentação da população em situação de rua de Porto Alegre: uma desigualdade intensificada pela pandemia. Trabalho de conclusão de curso do Curso de Especialização em Saúde pública da Universidade Federal do Rio Grande do sul; 2021.
8. Oliveira, MA. Políticas de Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional e acesso à alimentação de pessoas em situação de rua no município do Rio de Janeiro . Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), 157 f., 2017.
9. Brasil. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. Rua: aprendendo a contar: Pesquisa nacional sobre população em situação de rua; Brasília, 2009.
10. Costa, SS. Pandemia e desemprego no Brasil. Rev. Adm. Pública. 2020; 54(4), 969-78
11. Oliveira AM, Alcântara BC. Direito à alimentação da população em situação de rua e pandemia da COVID-19. Ser Social v. 23, n. 48, p. 76–93; 2021.
12. Ministério da Economia (Brasil), Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Pesquisa Orçamentária Familiar: análise do consumo alimentar no Brasil de 2017 a 2018; Rio de Janeiro; 2020.

13. Ministério da Saúde (Brasil). Secretaria de Atenção à Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2a ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2014.
14. Derrickson J, Gans DA. Assessment of dietary intake and food- related behaviors of gatekeepers in homeless families in Hawaii. *J Nutr Educ Behav*. 1996;28(3):168–173.
15. Vargas FG. Mapa da nova pobreza: Estudo revela que 29,6% dos brasileiros têm renda familiar inferior a R\$ 497 mensais. Portal FGV. 2022.
16. Vasconcelos FAG, Machado ML, Medeiros MAT, Neves JA, Recine E, Pasquim EM. Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. *Rev Nutr*. 2019;32:e180161.
17. Guerra LDS. ComiDHAA de verdade para todos: desafios para a efetivação do direito humano à alimentação adequada no cenário de crises no Brasil. *Rev. Saúde Soc*. 2022; v.31, n.2, e210370.
18. Brown R, Chatterjee A. Dietary Inadequacies Among US Homeless Families: An Enduring Problem. Meharry Medical College. *Journal of health care for the poor and underserved* 29 1188-1208; 2018

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante considerar que o termo “população em situação de rua” demonstra uma transitoriedade destas pessoas nesta situação. Dessa forma, termos como “morador de rua” ou “mendigo” reforçam estereótipos e são considerados inadequados. A visibilidade desta população começa pela sua designação na terminologia adequada.

Sintetizo, ainda, que o objetivo geral da dissertação foi respondido no artigo 1, bem como os objetivos específicos no artigo 2, ilustrados na página 21 deste trabalho.

Destaco, aqui, que estudar e compreender a realidade da população em situação de rua é verificar, um pouco, da situação de vulnerabilidade que estas pessoas vivenciam todos os dias. Além disso, a coleta de dados foi um momento de aprendizado e crescimento pessoal e profissional, mesmo que em alguns momentos a saúde mental fosse abalada pelo ambiente escutado. Nesse contexto, realizar o processo de mestrado e pesquisa possibilitou desenvolvimento acadêmico como pesquisadora, mas principalmente o desejo de sempre lutar para que todos tenham acesso aos direitos. Como nutricionista, antes de educar a população a se alimentar de forma adequada, é fundamental buscar que toda a sociedade possa acessar aos alimentos saudáveis.

9 METODOLOGIA AMPLIADA

Esta pesquisa é um estudo quali-quantitativo, sendo o método Delphi considerado qualitativo e a aplicação do questionário quantitativo, que passou por três etapas metodológicas apresentadas a seguir. Além disso, foi aprovada pelo comitê de ética sobre o número 52803321.80000.5345 e não possui financiamento e nem conflitos de interesse.

Elaboração do questionário de acesso à alimentação da PSR

Esta pesquisa consistiu na elaboração e validação de um questionário para avaliar o acesso à alimentação pela população em situação de rua. Os documentos primordiais analisados para construção do questionário foram o Guia Alimentar para População Brasileira, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, a Política Nacional da População em situação de rua, Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional e a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Nesta análise, foram observados os aspectos referentes à alimentação e acesso e, dessa forma, construiu-se indicadores baseados nos documentos. Sequencialmente, esses indicadores foram divididos em itens e foi elaborada a primeira versão do questionário para ser validado.

Validação do questionário

Após construção do questionário, este passou por validação de conteúdo através de um painel de profissionais especialistas no tema alimentação e nutrição e/ou população em situação de rua sendo: pesquisadores na área, profissionais que atuam com a PSR e nutrição e para qualificar o estudo de validação, participaram também nutricionistas vinculadas à Fundação de Assistência Social e Cidadania, que trabalham nos Centros Pop de Porto Alegre. A validação foi realizada através do Método Delphi que tem como objetivo facilitar e melhorar a tomada de decisões feitas por especialistas, através da aplicação de questionários. A sequência de etapas deste método é: escolha dos especialistas, construção do questionário, contato com os especialistas, envio do questionário, recebimento da análise feita, reparação do questionário com as contribuições, envio do questionário atualizado e retorno dos especialistas (MARQUES; FREITAS, 2018).

O estudo de validação foi concluído em duas rodadas. Na primeira rodada, participaram 23 especialistas e o contato foi realizado via telefone ou correio eletrônico com os participantes da pesquisa sobre a possibilidade de participação da mesma. Após o aceite da participação na pesquisa, foi enviado o link para o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e para a primeira versão do questionário. Cada especialista analisou a relevância de cada item através da classificação de uma escala do tipo Likert composta por três categorias: pouca relevância, relevância moderada e muita relevância. Ainda, o questionário apresentava espaço para comentários gerais dos especialistas. Na primeira fase, o questionário foi enviado por meio da ferramenta online Research Electronic Data Capture (REDCap) com o prazo de 15 dias para retornar, com envio de lembretes durante este período.

A análise da 1ª rodada indicou um IVC abaixo do esperado e como houveram divergências em algumas questões, estas foram analisadas pelas pesquisadoras. Algumas das questões que obtiveram um IVC abaixo do considerado adequado foram retiradas do questionário e outras questões foram mantidas e justificadas. Dessa forma, foi enviado a nova versão do questionário para a 2ª rodada de validação pelos especialistas. Nesta etapa, o questionário foi enviado através do Google Forms.

A análise estatística foi realizada através do Índice de validade de conteúdo (IVC), o qual mede a proporção ou porcentagem de juízes que estão em concordância sobre determinados aspectos do instrumento e de seus itens. Permite inicialmente analisar cada item individualmente e depois o instrumento como um todo.

Aplicação do questionário

Após a validação do questionário pelos especialistas prosseguiu-se para a fase de aplicação do questionário validado na população alvo. O instrumento foi aplicado em dois Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) em Porto Alegre. Estes locais foram sugeridos pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) por serem mais apropriados para aplicação, uma vez que os usuários do serviço realizavam seu lanche no local e, assim, poderia ser feito o convite para participação na pesquisa. Os participantes que aceitaram participar eram direcionados pela pesquisadora a uma sala mais reservada. Primeiramente, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido e colhida a assinatura. Para aqueles que não sabiam ler, foi autorizada a escrita do nome completo pela pesquisadora. Com o consentimento dos participantes, a aplicação do

questionário foi realizada de forma física com papel impresso. Esta etapa da pesquisa teve duração de 2 meses entre junho a julho de 2022. Os questionários respondidos foram digitados em uma planilha com cada item codificado para análise estatística. Para esta pesquisa quantitativa foi realizada análise descritiva através de frequências absolutas e relativas (N e %), média e desvio padrão.

APÊNDICES

APÊNDICE A. Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) – Profissionais da saúde

Título da Pesquisa: Direito Humano à Alimentação da População em Situação de Rua: validação de um questionário sobre acesso à alimentação.

Você está sendo convidado/a a participar da pesquisa intitulada “Direito Humano à Alimentação da População em Situação de Rua: validação de um questionário sobre acesso à alimentação”. Este estudo tem como objetivo elaborar e validar um instrumento de verificação de acesso à alimentação de pessoas em situação de rua. Esta pesquisa faz parte do Mestrado em Ciências da Nutrição da UFCSPA da aluna Natália Borges Martins, sob orientação da prof.^a Dr.^a. Daniele Vinholes, professora do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Ciências e Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

A coleta de dados será na modalidade online por meio da ferramenta online Research Electronic Data Capture (REDCap). Os dados serão coletados através de um instrumento estruturado com questões relacionadas à acessibilidade à alimentação de pessoas em situação de rua. Sua participação irá qualificar o questionário e contribuir com sua elaboração.

Esta pesquisa contará com o sigilo como uma das questões centrais e em nenhum momento será exposta a identificação dos/as participantes. Isso garante com que sejam respeitadas as respectivas privacidades e uma maior liberdade para que discorram livremente sobre as questões. Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer esclarecimento sobre o assunto. Para isso, basta entrar em contato com algum dos pesquisadores(as). Você tem garantido o direito de não aceitar participar da pesquisa ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação pela sua decisão. As informações desta pesquisa serão confidenciais e divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos participantes.

Quanto aos riscos da pesquisa, afirma-se que estes são mínimos, pois a mesma não envolve procedimentos que possam ser prejudiciais física ou psiquicamente aos/às entrevistados/as. Porém, sabe-se que há a probabilidade de estresse devido ao questionamento sobre a situação de rua e, caso seja necessário, a entrevista será interrompida. Você não terá custo nenhum para participar desta pesquisa. É garantido o direito a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

No que tange aos benefícios, compreende-se que esta pesquisa pode ser bastante proveitosa validar um instrumento que verifica o acesso à alimentação da população em situação de rua grupo social a fim de contribuir com pesquisas sobre o tema.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor entre em contato com as pesquisadoras através do telefone ou e-mail abaixo. Este projeto foi Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o mesmo: Rua Sarmiento Leite, 245 - Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil - CEP 90050-170. Fone +55 (51) 3303-8804 ou através do e-mail: cep@ufcspa.edu.br. Caso você tenha interesse em participar do estudo, deverá selecionar a caixa abaixo, afirmando seu consentimento e após em “Próximo” para iniciar o questionário. Uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será enviada ao seu e-mail, caso seja do seu desejo. Caso você opte por não participar, basta apenas não prosseguir e fechar esta página.

Daniele Botelho Vinholes e-mail: danielebv@ufcspa.edu.br

Natália Borges Martins e-mail: natalia.martins@ufcspa.edu.br / 51 997098903

APÊNDICE B. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - Participantes em situação de rua

Título da Pesquisa: Direito Humano à Alimentação da População em Situação de Rua: validação de um questionário sobre acesso à alimentação.

Você está sendo convidado/a a participar da pesquisa com o nome “Direito Humano à Alimentação da População em Situação de Rua: validação de um questionário sobre acesso à alimentação”. Este estudo tem como objetivo criar um questionário sobre acesso à alimentação de pessoas em situação de rua. Esta pesquisa faz parte do Mestrado em Ciências da Nutrição da UFCSPA da aluna Natália Borges Martins, sob orientação da prof.^a Dr.^a. Daniele Vinholes, professora da Universidade Federal de Ciências e Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

Caso você aceite participar da pesquisa, a pesquisadora irá fazer algumas perguntas sobre sua alimentação. Em nenhum momento você será identificado para que possa ter maior liberdade para responder o questionário. Durante todo o período da pesquisa você pode tirar qualquer dúvida. Para isso, basta perguntar diretamente para a pesquisadora ou ainda entrar em contato com algum dos pesquisadores(as). Você pode não aceitar participar da pesquisa ou pedir para não mais participar a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo da sua decisão. As informações desta pesquisa serão secretas, não havendo identificação dos participantes.

Os riscos para participar da pesquisa são mínimos, pois não tem procedimentos que possam lhe prejudicar. Caso haja algum estresse na participação da pesquisa, pode ser interrompida. Essa pesquisa não tem nenhum custo para participar. Se houver algum dano decorrente da pesquisa, é garantido o direito à indenização.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor entre em contato com as pesquisadoras através do telefone ou e-mail abaixo. Este projeto foi Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). Em caso de dúvidas sobre as questões éticas deste estudo, você poderá consultar o mesmo: Rua Sarmiento Leite, 245 - Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil - CEP 90050-170. Fone +55 (51) 3303-8804 ou através do e-mail: cep@ufcspa.edu.br. Caso você tenha interesse em participar do estudo, deverá falar para a pesquisadora, afirmando seu consentimento para depois responder o questionário. Uma via deste termo pode ficar com você.

Caso você não queira participar, basta apenas falar para a pesquisadora.

Daniele Botelho Vinholes e-mail: danielebv@ufcspa.edu.br

Natália Borges Martins e-mail: natalia.martins@ufcspa.edu.br / 51 997098903

APÊNDICE C. Questionário de acesso à alimentação pela população em situação de rua

DATA: LOCAL: CÓDIGO:

DADOS GERAIS

1. **Sexo:** () feminino () masculino () prefiro não responder
2. **Idade** (em anos completos)
3. Você é de Porto Alegre? () sim () não
4. Você possui alguma renda? () sim () não
5. Você ganha algum benefício da Prefeitura? () sim () não
6. Em quanto tempo está em situação de rua ____ anos / meses / dias -
7. Você foi pra rua antes ou durante a pandemia? () antes () durante
8. **Utiliza o centro pop com que frequência?** () diariamente () 3-5x semana () 1-2x semana () quinzenalmente () mensalmente ()

Comentários gerais:

DADOS SOBRE SAÚDE

1. Você tem algum problema na saúde? (hipertensão, diabetes..)
(x) sim () não () não sei Se sim, qual?
2. Você consegue lavar as mãos antes de comer? () sim () às vezes () não

Comentários gerais:

DADOS SOBRE ALIMENTAÇÃO E ACESSO

1. **Onde foi sua última refeição?**
2. **Quando foi sua última refeição?**
3. **O que você comeu pela última vez?**
4. **Quantas refeições você faz por dia?** () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ou mais
5. **De qual forma você consegue o alimento?** () Eu mesmo consigo comprar (x) ganho de um projeto social () acesso em um restaurante () acesso de um instituição pública, como o centro pop ou albergue (x) doação () outra forma
6. **Onde você costuma fazer as refeições?** () em um restaurante privado () local público () Instituição pública

7. **Você costuma comer acompanhado ou sozinho?** () acompanhado () sozinho

8. **Quais alimentos você tem acesso?**

- () feijões e leguminosas
- () cereais (macarrão, polenta, arroz, pães, trigo)
- () raízes e tubérculos (mandioca, batata, inhame, cará)
- () legumes e verduras
- () frutas
- () castanhas e nozes
- () leite e queijos
- () carnes e ovo
- () industrializados ultraprocessados (biscoito, salgadinho, massa instantânea)

9. **Dentre os alimentos que você tem acesso, qual é a frequência?**

	Não se aplica	Todos os dias	5 a 6x / semana	3 a 4x / semana	1 a 2x / semana	Menos de 1x / semana
Feijões e leguminosas						
Cereais						
Raízes e tubérculos						
Legumes verduras						
Frutas						
Castanhas e nozes						
Leite e queijos						
Carnes e ovo						
Ultraproces -						

sados						
-------	--	--	--	--	--	--

10. **Existem alimentos que você não gosta de comer?** () sim () não

Se sim, quais?

11. **Por que você não gosta desses alimentos?** () gosto / paladar () crença () cultura () outro motivo

12. **Você consegue escolher os alimentos que vai comer?** () sim () às vezes () Não

13. **Algum profissional da saúde já te orientou quanto à sua alimentação?**

() sim () não

14. **Você costuma comprar alimentos?** () sim () não Se sim, quais alimentos você compra?

() feijões e leguminosas

() cereais (macarrão, polenta, arroz, pães, trigo)

() raízes e tubérculos (mandioca, batata, inhame, cará)

() legumes e verduras

() frutas

() castanhas e nozes

() leite e queijos

() carnes e ovos

() industrializados ultraprocessados (biscoito, salgadinho, massa instantânea)

15) **Onde você compra?** () no mercado () na feira () nos dois () em outro local

16) O que o alimento significa pra você?

17) Qual seu alimento favorito?

18) O que é alimentação saudável para você?

19) O que você já fez para poder comer?

20) Como era a alimentação antes da situação de rua?

Comentários Gerais: